

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*

ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*

WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*

DACIO MALTA — *Editor*

ROSENTAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Assédio ao Cofre

Há vinte anos, à exceção dos anos de choques econômicos (1986, 1987, 1989, 1990 e 1991) e de 1980, quando a correção monetária e a taxa cambial foram prefixadas pelo ministro Delfim Netto, o Brasil não registra em abril inflação inferior à de dezembro.

Apesar dessa verdadeira façanha num país em que empresários e consumidores raciocionam até hoje de forma indexada (se sobe a gasolina ou o salário mínimo, os preços em geral devem subir), o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, está sendo atacado mais pelos méritos do que pelos senões da política econômica. Um dos méritos é, sem dúvida, conter os gastos públicos para levar ao ajuste fiscal.

Nenhum país venceu a inflação e saneou a economia sem o reequilíbrio entre a receita e as despesas públicas. Há 40 anos, o Estado se destaca como o motor (para partida ou para fazer marcha à ré) da economia brasileira. O ajuste fiscal desagrada aos beneficiários dos gastos públicos. São eles: os empreiteiros de obras, os fornecedores de materiais e equipamentos para as empresas estatais; os que ganham na troca de patamar da inflação, como os banqueiros, os intermediários e as empresas que atuam de forma cartelizada nos preços; e, sobretudo, os governadores, que gastam dinheiro público, e os políticos levam a sua comissão como corretores na liberação das verbas do Estado.

A inflação enriquece muitos. Por isso, trancar os cofres do Tesouro Nacional para esfriar a inflação e provocar eventual recessão é tarefa sempre espinhosa no Brasil. Raros ministros sobreviveram ao assalto coordenado aos cofres públicos por parte dos políticos e empresários que vivem à custa dos gastos e subsídios do Estado.

Enquanto o Banco do Brasil era o caixa único do Tesouro e promovia automaticamente a expansão monetária, só a dupla Roberto Campos-Octávio Gouvêa de Bulhões conseguiu manter os cofres fechados. O marechal Castelo Branco deu total respaldo à política econômica, e, enquanto recuperava o crédito público, a dupla fez a façanha inédita de contrair nominalmente os empréstimos do BB (sem descontar a inflação).

Esse saneamento prévio quebrou empresas e bancos, mas forjou a base do *milagre brasileiro*, quando o ministro Delfim Netto soltou, a partir de 1967, o crédito do BB para a agricultura (especial-

mente a cultura de soja), obteve fartos créditos internacionais e criou fundos de poupança compulsória, como o PIS e o Pasep, que vieram a se juntar ao FGTS para financiar o investimento e o consumo privados.

Nos anos recentes, foi ficando sempre mais difícil lacrar as torneiras do Estado. Se o Banco Central segurava a expansão monetária, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o extinto BNH e as estatais podiam provocar a expansão dos gastos públicos. Já em dezembro do ano passado, por exemplo, as verbas do FGTS (administradas pela CEF desde a extinção do BNH em 1986) para este ano haviam sido comprometidas pela ex-ministra da Ação Social Margarida Procópio.

Diplomaticamente, desde a sua posse, há um ano, o ex-embaixador em Washington vem instilando nos empresários, banqueiros, credores internacionais e nos próprios consumidores a confiança de que a economia pode ser administrada sem choques e máginas e com plena liberdade de preços, de que alguns cartéis têm feito mau uso.

As armas do governo são a política monetária de juros reais, a abertura e a liberalização da economia e o ajuste fiscal, que o Congresso cortou pelo meio, ao emendar a proposta de reforma tributária para 1992, e continua a torpedear com propostas que só criam despesas para os cofres públicos, como o reajuste bimestral do salário mínimo.

Apesar das dificuldades, o Brasil assiste à volta do respeito pelo Executivo às normas jurídicas e às decisões soberanas do Legislativo e do Judiciário. As derrotas eventuais do governo em questões relevantes de política econômica não afastaram o Ministério da Economia do respeito democrático à estabilidade das regras do jogo.

Tudo isso contribui para formar uma nova consciência na sociedade brasileira. Assim como a inflação não está condenada a subir eternamente (embora os preços continuem aumentando em velocidade menor), nem a desaparecer num passe de mágica, é ilusório o crescimento econômico a partir da liberação das verbas públicas. Se a tomada de consciência das causas e males da inflação se difundir na sociedade, ficará estreito o campo de manobra dos que lucram aberta e veladamente com ela.